

O emprego industrial no RS: um breve balanço no Governo Lula

Maria Isabel H. da Jornada*

Socióloga da FEE.

Artigo recebido em 18 out. 2005.

Introdução

O presente artigo propõe-se a realizar um balanço geral do comportamento do segmento formal do mercado de trabalho industrial ao longo do Governo Lula, contrastando o Rio Grande do Sul com o Brasil. Para tanto, utilizaram-se como fontes de dados as bases da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A RAIS fornece o estoque de empregados com vínculo formal em 31 de dezembro de cada ano, e o Caged informa a flutuação mensal do emprego com carteira assinada. A combinação dessas duas bases tornou possível que, mediante recomposição do estoque a partir do último dado disponível na RAIS (2003), se estendesse a análise até agosto de 2005, último dado disponível no Caged. Rigorosamente, é preciso ter presente que os níveis de emprego pós 2003 são uma aproximação da realidade. Para efeitos de compatibilização entre as duas bases, foram extraídos da RAIS todos os trabalhadores não regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), já que não são computados no Caged.

O movimento do emprego formal foi examinado à luz do desempenho da atividade produtiva, utilizando-se, para tanto, a **Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física** (PIM-PF) (2005) e a **Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário** (PIMES) do IBGE (2005).

No primeiro item após esta **Introdução**, encontra-se uma abordagem da evolução da totalidade do mercado

de trabalho formal; no segundo, o foco é o comportamento do emprego formal na indústria, com uma parte final dedicada ao exame dos ganhos de produtividade da indústria no RS e no Brasil.

1 - Movimento geral

Mesmo que a mudança do regime cambial em 1999 tenha possibilitado uma retomada de fôlego para o mercado de trabalho, notadamente para o segmento formal, esta foi a instância que mais demorou a reagir na atual recuperação da economia brasileira. No primeiro ano do Governo Lula, o nível do emprego formal no Brasil cresceu 2,9%, passando de 21.953.360 em 2002 para 22.596.269 em 2003, uma geração líquida de 642.909 postos de trabalho. Um bom resultado, se for considerado o baixo desempenho da atividade econômica, expresso no pífio crescimento do PIB brasileiro em 2003 (0,5%). No ano seguinte, o cenário econômico aqueceu-se, mostrando sinais de recuperação, com o crescimento do PIB da ordem de 5,3%. Neste último ano, o contingente de ocupados com carteira de trabalho assinada experimentou um forte impulso com a contratação de 1.523.276 indivíduos (6,7%), elevando o nível do emprego formal para 24.119.545 ao final de 2004. Até agosto de 2005, o mercado de trabalho manteve o dinamismo graças, principalmente, às taxas recordes dos quatro primeiros meses, já que, a partir de maio, os sinais de desaceleração eram visíveis. A alta continuada das taxas de juros e o real valorizado, especialmente, começaram a travar as novas oportunidades de trabalho. A taxa de variação do emprego, considerando-se agosto de 2005, situou-se em 5,1%, o que significou a incorporação de 1.219.236 trabalhadores. Houve, assim, um crescimento do emprego formal no Brasil de 15,4% do início do Governo Lula até agosto de 2005 (Tabela 1).

*A autora agradece à colega Sheila Sara W. Sternberg a permanente e qualificada interlocução, o que já tem rendido tantas (e exitosas) parcerias de pesquisa. Agradece, igualmente, à estagiária de Economia Cristiane Fumegalli o apoio no tratamento estatístico.

O Rio Grande do Sul acompanhou muito de perto o desempenho do mercado de trabalho formal brasileiro nos dois primeiros anos do Governo Lula, afastando-se no terceiro ano. Em 2003, o incremento do emprego formal no Estado situou-se um pouco abaixo do que foi verificado nacionalmente, 2,2%, para um crescimento do PIB estadual de 5,4%, muito acima do nacional. O estoque de trabalhadores com vínculos expandiu-se de 1.646.396 em 2002 para 1.682.526 em 2003. No ano seguinte, o RS praticamente empatou com o Brasil, com uma taxa de variação do emprego de 6,9% (um acréscimo de 116.822 trabalhadores), momento em que a variação do PIB gaúcho recuou para 3,6%, colocando-se atrás do brasileiro. Em 2005, até agosto, a perda de dinamismo do mercado de trabalho no RS é evidente. A combinação de fatores climáticos, que provocaram a quebra da safra, com o câmbio valorizado, que prejudicou as exportações, resultou na baixa taxa de crescimento do emprego com carteira; 0,8% até o mês de agosto. O nível de emprego elevou-se, assim, para 1.813.352, um acréscimo de apenas 14.004 postos. No Governo Lula, até o momento, o mercado de trabalho no RS experimentou um incremento de 10,1%, muito abaixo do alcançado no Brasil, em decorrência do seu fraco desempenho no ano em curso (Tabela 1).

Na estrutura setorial do emprego formal no Brasil,¹ o setor serviços liderou com 38,8% dos empregos com vínculos legais, secundado pela indústria de transformação (23,9%) e pelo comércio (22,5%). A agricultura foi responsável por 5,8% dos empregos formais; a construção civil, por 4,7%; e a administração pública², por 2,4%. Os serviços industriais de utilidade pública (SIUP) e a indústria extrativa mineral tiveram pouco significado, 1,2% e 0,5% respectivamente. No Rio Grande do Sul, a indústria e o setor serviços apresentaram, para todos os efeitos, a mesma importância relativa, respondendo por 33,8% e 33,6% do total do emprego respectivamente.³ O comércio, o terceiro em importância, deteve 22% dos empregados; a construção civil, 4,1%; a agricultura, 3,9%; a administração pública, 1,5% do total dos celetistas; o SIUP, 1,0%; e a indústria extrativa mineral, 0,2%.

A evolução setorial do emprego formal no Brasil mostrou que, no primeiro ano do Governo Lula, com exce-

ção da construção civil (-5,1%) e da administração pública (-0,2%), todos os setores exibiram crescimento, com destaque para a agricultura (6,4%)⁴ e o comércio (6,0%). A indústria de transformação alcançou uma taxa de incremento próxima da média do agregado, 2,8%, um pouco acima dos 2,6% do SIUP, enquanto, no setor serviços, a variação foi de 2,1%. No ano seguinte, o único setor que não contratou empregados foi a administração pública (-0,1%). A indústria de transformação mostrou o melhor desempenho relativo, com a maior variação do emprego em 2004 (9,5%), bem acima da média do agregado, incorporando 504.610 trabalhadores. O comércio ampliou o seu contingente de empregados em 7,9%, seguindo-se a agricultura (6,6%), o setor serviços (5,3%) e a construção civil (4,9%). Embora o ano de 2005 ainda esteja em curso, já se pode falar em desaceleração no mercado de trabalho, notadamente na indústria de transformação e no comércio, que apresentaram uma das menores taxas de crescimento do emprego entre os setores, ambos com 3,7%. O SIUP exibiu o menor incremento setorial (3,3%), mas foi de escasso significado no cômputo geral do emprego, enquanto a agricultura exibiu o maior (15,6%). A construção civil teve a segunda maior variação (8,4%), seguida, a uma certa distância, pela administração pública (5,7%) e pelo setor serviços (4,8%) — Tabela 1.

No Rio Grande do Sul, diferentemente do plano nacional, todos os setores de atividade experimentaram elevação no nível de emprego, no primeiro ano do novo Governo. O SIUP e a administração pública despontaram com as maiores variações de 2002 a 2003, 19,7% e 9,5% respectivamente. Seguiram-se a agricultura (4,0%), o comércio (3,7%), a indústria de transformação (2,3%), a construção civil (1,5%), a indústria extrativa mineral (1,2%) e o setor serviços (0,2%). Todavia os responsáveis pela maior parte dos postos preenchidos no ano foram o comércio (36,1%) e a indústria de transformação (35,3%). No ano de 2004, à semelhança do que ocorreu no Brasil, a indústria de transformação demonstrou o maior fôlego, com um incremento de 9,2% no contingente de empregados, próximo ao alcançado pela construção civil (8,0%) e pelo comércio (7,8%), todos eles acima da média do agregado. O emprego no setor serviços cresceu 5,0%, praticamente o mesmo da indústria extrativa mineral; na agricultura, elevou-se em 3,5%; e, no SIUP, 3,1%. O emprego celetista na administração pública foi o único caso

¹ Refere-se à última informação disponível — agosto de 2005.

² Apenas os servidores públicos sob o regime da CLT, porque o Caged só contempla celetistas.

³ Essa situação de equilíbrio provocou uma alternância na liderança entre os dois setores, até mesmo de um ano para o outro. Em 2004, predominava a indústria de transformação, com 34,47% dos empregados, secundada pelo setor serviços, com 32,70%.

⁴ Ressalva-se que as bases de dados do MTE não são adequadas para aferir o emprego nas atividades agrícolas, porque são restritas ao emprego com vínculos legais; logo, o que essas estatísticas devem estar captando é o movimento de formalização de relações de trabalho preexistentes.

de recuo (-3,7%). A maior parte dos postos acrescidos em 2004 localizou-se na indústria de transformação (44,7%), seguida pelo comércio e pelo setor serviços, com praticamente a mesma participação, ao redor de 24,4%. Em 2005, mudou o panorama do mercado de trabalho formal, a desaceleração é marcadamente visível na agricultura (-4,8%), na construção civil (-2,1%) e na indústria de transformação (-1,2%), além de na indústria extrativa mineral (-2,8%), que é pouco representativa no cômputo geral do emprego no RS. O setor serviços (3,4%) e o comércio (1,2%), embora tenham crescido, perderam intensidade. O SIUP, com 5,5%, obteve a maior taxa positiva, seguida pela administração pública, com 4,4%. A indústria de transformação liderou o processo de demissões, sendo responsável pela eliminação de 7.685 vagas (Tabela 1).

O acompanhamento da trajetória do mercado de trabalho formal no período recente despertou a atenção

para um fenômeno já observável no final dos anos 90, no plano nacional, mas só visível, no Estado, em 2004: a tendência de crescimento do emprego em ritmo maior do que o do PIB. Isso se deve, provavelmente, a uma maior formalização das relações de trabalho, associada, em larga medida, ao crescimento do agronegócio, à interiorização da indústria — já que a indústria é o *locus* do emprego regulamentado — e à maior fiscalização do Ministério do Trabalho, especialmente no comércio e no setor serviços. Possivelmente, parcela do que se capta com essas estatísticas de emprego seja de pessoas que transitaram da informalidade para uma inserção regulamentada no mercado de trabalho.

Após esse breve panorama do desempenho geral do mercado de trabalho formal sob a égide do Governo Lula, focaliza-se a indústria, decompondo-a na sua formação mais abrangente: os subsetores de atividade.

Tabela 1

Evolução do emprego formal, por setores de atividade, no Brasil e no RS — 2002/05

SETORES	2002		2003		2004		2005 (1)	
	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS
TOTAL	21 953 360	1 646 396	22 596 269	1 682 526	24 119 545	1 799 348	25 338 781	1 813 352
Extrativa mineral	121 000	4 406	122 154	4 459	132 491	4 693	140 807	4 561
Indústria de transformação	5 185 738	555 194	5 331 762	567 945	5 836 372	620 175	6 054 703	612 490
Serviços industriais de utilidade pública	286 209	14 278	293 799	17 093	298 365	17 631	308 345	18 593
Construção civil	1 095 676	68 752	1 039 923	69 792	1 090 686	75 388	1 181 892	73 793
Comércio	4 817 031	351 830	5 105 954	364 880	5 509 894	393 440	5 715 255	398 124
Serviços	8 739 511	558 904	8 922 195	560 263	9 392 318	588 385	9 845 848	608 535
Administração pública	580 829	24 447	579 780	26 781	579 398	25 800	612 459	26 939
Agricultura, silvicultura, etc.	1 127 366	68 585	1 199 781	71 313	1 279 055	73 835	1 478 455	70 317
Outros/ignorado	-	-	921	-	966	1	1 017	-

FONTE: RAIS: Relação Anual de Informações Sociais. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002-2003.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS — CAGED. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004-2005.

(1) Até agosto.

2 - Emprego industrial

A indústria brasileira vem enfrentando grandes transformações dos anos 90 até os dias de hoje. A liberalização comercial sem precedentes patrocinada pelo Governo Collor no início da década de 90 resultou em forte aumento da competição, numa indústria acostumada a uma série de barreiras protecionistas durante décadas. Pressionada pela abertura econômica e pelo acirramento da competição provocada pela entrada maciça, no mercado doméstico, de produtos fabricados no exterior, a indústria brasileira viu-se forçada a empreender um intenso processo de reestruturação na direção de um novo patamar tecnológico e organizacional. O resultado foi um substancial crescimento da produtividade sem uma política de crescimento econômico sustentado, o que levou à queima de milhares de postos de trabalho na indústria, principalmente nos primeiros anos da década de 90. As medidas de política econômica implementadas nos anos 90, especialmente o Programa de Estabilização Econômica — Plano Real I (1994 a 1999), Plano Real II (a partir de 1999) —, aprofundaram as dificuldades estruturais do mercado de trabalho brasileiro, impulsionando o processo de precarização, expresso no crescimento do número de empregados sem carteira de trabalho assinada, dos trabalhadores autônomos, dos ocupados em tempo parcial e de tantos outros tipos de ocupação à margem de qualquer proteção legal.

A adoção do câmbio flutuante e do regime de metas de inflação em 1999, configurando o que se convencionou chamar de Plano Real II, alterou o ambiente socioeconômico nacional, repercutindo favoravelmente sobre o emprego industrial, notadamente no RS, que havia sido especialmente prejudicado com a valorização cambial vigente durante a fase do Plano Real I. O Presidente Lula assumiu quando o emprego formal na indústria estava em uma trajetória ascendente,⁵ iniciada em 1999, que foi interrompida em 2003, no final do primeiro ano do seu mandato. O pífio desempenho da atividade industrial nesse primeiro ano — variação da produção física de 0,04% para a indústria geral no Brasil e de -0,35% no RS — fez recuar a taxa de crescimento do emprego industrial⁶, no Brasil, de 4,7% em 2002 para 2,8% em 2003 e de 3,2% para 2,3%, respectivamente, no RS. O ano de 2004 marcou uma retomada do crescimento industrial acelerado na indústria brasileira, bem como na

maior parte dos estados, incluindo-se o RS. A produção industrial cresceu a uma taxa de 8,3% no Brasil e de 6,4% no RS, em 2004, frente a igual período do ano anterior, o que ampliou a oferta de postos de trabalho na indústria, expressa no notável crescimento de 9,5% no contingente de empregados no Brasil, praticamente o mesmo do RS: 9,2%. O desafio que se coloca é a sustentabilidade desse crescimento. A variação da produção física no Brasil, de janeiro a julho de 2005, face a igual período do ano anterior, foi de 4,31%, o que ainda não recomenda prognósticos para o ano.⁷ O RS, abatido pela quebra de safra e pela política cambial, acusou um decréscimo na atividade industrial, com um recuo de 3,99% na produção física. O emprego na indústria brasileira evoluiu, com uma taxa de 3,7% de janeiro a agosto de 2005, enquanto, na gaúcha, o emprego se retraiu (-1,2%) — Tabela 2.

O descompasso entre a indústria brasileira e a do RS encontra sua explicação nas diferenças estruturais entre elas. No Brasil, os subsetores que mais pesaram na estrutura do emprego industrial foram: a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (22,7%)⁸, a têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (13,6%), a química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria (10,4%), a metalúrgica (9,8%), a da madeira e do mobiliário (7,1%), a do material de transporte (6,5%), a mecânica (5,8%), a do papel, papelão, editorial e gráfica (5,4%), a indústria de calçados (5,1%) e a de produtos minerais não-metálicos (5,0%). Os outros segmentos não atingiram 5,0% de participação cada um: a indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas obteve 4,7%; e a de material elétrico e de comunicações, 3,6%.

Já no Rio Grande do Sul, verificou-se o predomínio, na estrutura do emprego industrial, de um segmento que tem no mercado externo o seu fator dinamizador, a indústria de calçados, responsável por 21,4% do total de empregos. Segue-se, em ordem de relevância, a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (17,6%), a metalúrgica (9,3%), a da borracha, fumo, etc. (8,9%), a mecânica (7,9%), a da madeira e do mobiliário (7,9%), a química, de produtos farmacêuticos, etc. (7,6%), a do material de transporte (5,4%), a têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (4,6%), a do papel, papelão, etc.

⁵ Cabe observar que, nesse momento, o emprego na indústria do RS estava crescendo acima do na indústria do País.

⁶ Refere-se ao emprego na indústria de transformação.

⁷ Todavia recente estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) assinala que as taxas de crescimento da produção na comparação mês a mês, positivas a partir de março, sugerem que a indústria recuperou o ritmo de crescimento iniciado em 2004 (INSTITUTO..., 2005).

⁸ Participações referentes a agosto de 2005.

(4,3%), a do material elétrico e de comunicações (2,6%) e a de produtos minerais não-metálicos (2,5%).

O exame da evolução do emprego por subsetores de atividade evidencia os contrastes no interior da própria indústria brasileira e da gaúcha, bem como põe em relevo os contrastes entre uma e outra (Tabela 2).

Observando-se o que ocorre no plano nacional, tem-se que o subsetor que mais cresceu em 2002 e 2003 é o de maior importância relativa na estrutura do emprego industrial no País, a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (6,7%), seguindo-se a do material de transporte (5,0%), a de calçados (3,8%), a metalúrgica (3,5%), a da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas (3,4%), a mecânica (3,1%) e a indústria química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria (3,0%). Todos os outros segmentos ficaram abaixo da média do agregado, sendo que três experimentam retração: produtos minerais não-metálicos (-1,3%), madeira e mobiliário (-0,7%) e têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (-0,4). Em 2004, ano em que todos os subsetores alcançaram uma recuperação notável no emprego formal, três sobressaíram-se com as maiores taxas de crescimento — material de transporte (14,3%), calçados (13,6%) e material elétrico e de comunicações (13,2%) —, seguidos por mecânica (10,7%), metalúrgica (10,0%), produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (9,7%) e por borracha, fumo, etc. (9,5%). Nota-se que o segundo e o terceiro subsetores em importância na composição do emprego industrial alcançaram um incremento inferior ao da média do agregado — a indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (9,0%) e a química, de produtos farmacêuticos, etc. (8,3%). Abaixo desses, ficaram a da madeira e do mobiliário (7,3%), a de produtos minerais não-metálicos (5,4%) e a do papel, papelão, editorial e gráfica (4,9%). Embora não se prestem a comparações, as taxas de janeiro a agosto de 2005 parecem ser mais modestas, com dois segmentos produtivos em queda: madeira e mobiliário (-2,1%) e calçados (-0,8%). A indústria de produtos alimentícios puxou a geração de postos, com um incremento de 6,9%, seguida pela do material elétrico e de comunicações (5,5%) e pela da borracha, fumo, etc. (5,3%). Acima e em torno da média do total da indústria, situaram-se, ainda, material de transporte (4,9%), têxtil, vestuário e artefatos de tecidos (4,2%), química, produtos farmacêuticos, etc. (3,7%) e produtos minerais não-metálicos (3,6%).

No RS, ao contrário do que foi registrado no Brasil, em 2003, a maior empregadora, a indústria de calçados, registrou queda de 0,9%. Os segmentos que sofreram o maior impulso nesse ano foram a indústria mecânica (8,8%), a do material de transporte (6,4%) e a de produtos

alimentícios, bebidas e álcool etílico (5,8%), esta última, a segunda expressão em termos de emprego industrial. Acima da média da indústria, situaram-se, ainda, a química, a de produtos farmacêuticos, etc. (2,9%), a da borracha, fumo, etc. (2,8%), a metalúrgica (2,4%) e a têxtil, do vestuário e artefatos de tecido (1,6%). Somando-se ao segmento de calçados no seu comportamento declinante, tem-se material elétrico e de comunicações (-3,3%), papel, papelão, etc. (-1,5%) e madeira e mobiliário (-0,9%). A arrancada da economia em 2004 beneficiou todos os subsetores da indústria gaúcha, naturalmente uns muito mais do que outros. O emprego recebeu um forte impulso no segmento de material elétrico e de comunicações (18,0%) e no de material de transporte (17,8%), que alcançaram as maiores taxas. Acima da média do agregado, ficaram, também, a metalúrgica (10,4%), a de calçados (9,9%) e a mecânica (9,3%). A indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico e a indústria química, de produtos farmacêuticos, etc. cresceram com intensidade um pouco menor, 8,8% e 8,1% respectivamente. Seguiram-se a da borracha, fumo, etc. (7,4%), a de madeira e mobiliário (7,3%) e a têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos (7,2%). As menores taxas encontradas foram em papel, papelão, etc. (4,5%) e em produtos minerais não-metálicos (3,0%). Dada a importância relativa da indústria de calçados, quase um quarto (24,5%) das vagas acrescidas no ano foram dela originárias. No ano em curso de 2005, o emprego formal no segmento dos calçados despencou (-7,7%), eliminando 10.993 postos, o que equivale a 75,6% das vagas suprimidas pelo total da indústria. A trajetória de queda foi acompanhada pela indústria mecânica (-2,9%), pela de madeira e mobiliário (-2,5%) e pela metalúrgica (-1,5%). A indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, a segunda em importância no *ranking* do emprego industrial, experimentou o menor incremento (0,5%), enquanto o maior ficou por conta do segmento borracha, fumo, etc. (6,8%). A indústria química, de produtos farmacêuticos, etc., a do papel, papelão, etc., a têxtil, do vestuário, etc. e a de produtos minerais não-metálicos alcançaram 2,5%, 2,1%, 1,5% e 0,7% respectivamente.

O movimento do emprego industrial está associado ao movimento de uma outra variável que é a produtividade, que, por sua vez, é resultado de estratégias empresariais para assegurar capacidade competitiva. As variações anuais da produtividade, ao longo do período janeiro de 2003 a julho de 2005, colocaram em relevo outra distinção importante entre a indústria brasileira e a gaúcha.

No primeiro ano do Governo Lula, o ganho de produtividade foi maior na indústria do RS do que na do Brasil. A indústria geral teve um ganho de produtividade

de 1,14% no Estado e de 0,90% no País, frente a igual período do ano anterior, decorrência de queda nas horas pagas, associada a um ínfimo acréscimo na produção física para o último e de queda nas horas pagas maior do que na produção física para o primeiro. No ano seguinte, os dois espaços tiveram um considerável salto na produtividade, maior para o RS, com 7,12%, do que para o Brasil, com 6,09%. No Estado, verificou-se a combinação de aumento da produção física com um pequeno declínio nas horas pagas, enquanto, no País, a produção física e as horas pagas cresceram, só que a produção cresceu bem mais. No período mais recente, a situação inverteu-se: de janeiro a julho de 2005, o incremento na produtividade foi maior no Brasil do que no RS. A indústria brasileira exibiu um ganho de 2,63% contra 1,92% da gaúcha, para igual período do ano passado. No Brasil, isso ocorreu em razão de uma elevação da produção física mais acentuada do que a das horas pagas, ao contrário do RS, em que o ganho de produtividade se deveu a um recuo na produção menor do que o recuo nas horas pagas (Tabelas 3 e 4).

Em termos setoriais,⁹ considerando-se a abertura disponível, no primeiro ano o melhor desempenho, no tocante à produtividade, no Brasil, foi o do segmento da madeira, com um ganho de 7,19% frente a igual período do ano anterior; o pior foi o do segmento do refino de petróleo e álcool, com -12,49%. A indústria de transformação como um todo alcançou um incremento de produtividade de 1,21%. Em 2004, a indústria de transformação atingiu um ganho de produtividade que não deixa de ser notável, 6,36%, destacando-se a indústria de produtos de metal (14,23%), a têxtil (10,89%) e a do vestuário e acessórios (10,27%); no outro extremo, ficaram a metalurgia básica (-6,26%), o refino de petróleo e álcool (-4,93%) e o fumo (-3,69%). De janeiro e julho de 2005,¹⁰ a indústria de transformação conseguiu um aumento de produtividade de 2,24%, com ênfase no segmento calçados e artigos de couro, com um acréscimo de 12,74%, seguido à distância pelo segmento madeira (5,96%); o destaque negativo foi o refino de petróleo e álcool (-11,89%) e o fumo (-4,72%), registrando-se, ainda, mais três segmentos com retração em relação a igual período do ano anterior.

⁹ Devido à diferenciação entre a classificação setorial das duas fontes — PIMES (horas trabalhadas) e PIM-PF (produção física) —, foram usadas as aberturas que coincidem entre as duas. No entanto, a PIM-PF não disponibiliza informações para vários setores, quando se trata do âmbito estadual.

¹⁰ Nesse período, registra-se o salto da indústria extrativa brasileira, com uma elevação na produtividade de 12,33%.

No tocante à indústria gaúcha, pelas informações setoriais de que se dispõe, o ano de 2003 marcou um acréscimo de 1,16% para a indústria de transformação, sendo que apenas dois segmentos, dos em que foi possível realizar a mensuração da produtividade, alcançaram taxas positivas, produtos de metal (7,61%) e calçados e artigos de couro (1,23%); fumo e borracha e plástico tiveram as maiores taxas negativas, em torno de -10,50%. Já em 2004, a indústria de transformação do RS alcançou um aumento de produtividade maior que o do Brasil (7,11%), registrando-se o notável crescimento verificado no segmento de borracha e plástico (22,69%), seguido à distância por calçados e artigos de couro (8,41%); dois segmentos exibiram queda na produtividade, o fumo (-16,38%) e o refino de petróleo e álcool (-12,51%). Em 2005, a evolução da produtividade, de janeiro a julho, acusou um crescimento de 1,86% para a indústria de transformação (inferior à nacional), sobressaindo-se o desempenho altamente positivo de calçados e artigos de couro, com um acréscimo de 29,71%; todos os outros segmentos com dados disponíveis tiveram taxas negativas, a mais alta delas foi a da metalúrgica básica (-11,32%). O desempenho da produtividade no segmento calçados e artigos de couro ocorreu em razão de um recuo acentuado nas horas pagas (-20,06%) e de um aumento da produção (3,69%) frente a igual período do ano anterior.

Assim sendo, se ainda é prematuro falar em curva de desaceleração no mercado de trabalho formal no Brasil, evidencia-se, no RS, um nítido cenário de perda de dinamismo no emprego formal, sobretudo o industrial, no último ano. A política de juros elevada, que inibe o investimento produtivo, e a apreciação cambial, que onera as exportações, foram particularmente danosas para a economia gaúcha. O RS contou ainda com prejuízos notáveis por conta da quebra de safra, em virtude da estiagem que atingiu o Estado nos primeiros meses de 2005.

As perspectivas para o mercado de trabalho dependem em larga medida de uma política econômica comprometida com o crescimento sustentado, condição necessária — embora não suficiente — para a geração de postos de trabalho de qualidade, como se costuma referenciar o emprego com vínculos formais, o denominado emprego protegido. O que está em questão na presente conjuntura é o fôlego da economia para assegurar um ritmo de expansão de postos de trabalho compatível com a pressão exercida sobre o mercado de trabalho pelos indivíduos que integram a População Economicamente Ativa.

Tabela 2

Evolução do emprego formal, por subsetores da indústria de transformação, no Brasil e no RS — 2002/05

SUBSETORES	2002		2003	
	Brasil	RS	Brasil	RS
TOTAL	5 185 738	555 194	5 331 762	567 945
Indústria de produtos minerais não-metálicos	281 195	14 403	277 572	14 745
Indústria metalúrgica	509 982	51 040	527 666	52 117
Indústria mecânica	301 012	42 142	310 329	45 834
Indústria do material elétrico e de comunicações	181 163	13 454	185 129	13 006
Indústria do material de transporte.....	314 772	26 158	330 377	27 846
Indústria da madeira e do mobiliário.....	414 338	46 723	411 395	46 314
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	305 842	25 257	306 348	24 880
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	238 367	46 181	246 449	47 467
Indústria química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	545 696	40 802	561 997	42 000
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	730 674	25 349	728 045	25 765
Indústria de calçados	261 864	130 296	271 878	129 177
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1 100 833	93 389	1 174 577	98 794

SUBSETORES	2004		2005 (1)	
	Brasil	RS	Brasil	RS
TOTAL	5 836 372	620 175	6 054 703	612 490
Indústria de produtos minerais não-metálicos	292 456	15 181	302 892	15 287
Indústria metalúrgica	580 392	57 565	595 496	56 715
Indústria mecânica	343 569	50 109	351 760	48 636
Indústria do material elétrico e de comunicações	209 527	15 350	220 958	15 676
Indústria do material de transporte.....	377 722	32 806	396 231	33 176
Indústria da madeira e do mobiliário.....	441 622	49 698	432 140	48 465
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	321 474	26 006	329 468	26 545
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	269 906	50 961	284 328	54 405
Indústria química, de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	608 427	45 412	631 161	46 542
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	793 670	27 612	826 830	28 034
Indústria de calçados	308 960	141 989	306 367	130 996
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1 288 647	107 486	1 377 072	108 013

FONTE: RAIS: Relação Anual de Informações Sociais. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002-2003.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS — CAGED. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004-2005.

(1) Até agosto.

Tabela 3

Indicadores acumulados de produção, horas pagas e produtividade na indústria do Brasil — 2003/05

(Δ%)

SETORES DE ATIVIDADE	JAN-DEZ/03			JAN-DEZ/04			JAN-JUL/05		
	Produção Física	Horas Pagas	Produtividade	Produção Física	Horas Pagas	Produtividade	Produção Física	Horas Pagas	Produtividade
Indústria geral	0,04	-0,85	0,90	8,30	2,08	6,09	4,31	1,64	2,63
Indústria extrativa	4,72	3,47	1,21	4,28	4,44	-0,15	10,48	-1,65	12,33
Indústria de transformação	-0,20	-0,94	0,75	8,52	2,03	6,36	3,99	1,71	2,24
Fumo	-6,42	2,86	-9,02	18,94	23,50	-3,69	-6,07	-1,42	-4,72
Têxtil	-4,50	-4,94	0,46	10,11	-0,70	10,89	-0,11	3,45	-3,44
Vestuário e acessórios	-12,24	-5,35	-7,28	1,54	-7,92	10,27	0,66	-3,12	3,90
Calçados e artigos de couro ..	-9,65	-1,75	-8,04	2,33	-0,43	2,77	1,00	-10,41	12,74
Madeira	5,31	-1,75	7,19	7,68	1,13	6,48	0,07	-5,56	5,96
Refino de petróleo e álcool	-2,17	11,79	-12,49	2,32	7,63	-4,93	1,23	14,89	-11,89
Borracha e plástico	-3,46	0,04	-3,50	7,77	4,62	3,01	-0,44	-2,35	1,96
Minerais não-metálicos	-3,56	-4,47	0,95	4,85	-1,78	6,75	4,11	0,08	4,03
Metalurgia básica	5,96	1,75	4,14	3,35	10,25	-6,26	-2,83	4,19	-6,74
Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos	-5,49	1,86	-7,22	9,97	-3,73	14,23	2,44	6,45	-3,77

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: set. 2005.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: set. 2005.

NOTA: Calculado a partir do índice acumulado, com base em igual período do ano anterior = 100.

Tabela 4

Indicadores acumulados de produção, horas pagas e produtividade na indústria do RS — 2003/05

(Δ%)

SETORES DE ATIVIDADE	JAN-DEZ/03			JAN-DEZ/04			JAN-JUL/05		
	Produção Física	Horas Pagas	Produtividade	Produção Física	Horas Pagas	Produtividade	Produção Física	Horas Pagas	Produtividade
Indústria geral	-0,35	-1,47	1,14	6,39	-0,68	7,12	-3,99	-5,80	1,92
Indústria extrativa	-	1,42	-	-	-1,83	-	-	-16,65	-
Indústria de transformação	-0,35	-1,49	1,16	6,39	-0,67	7,11	-3,99	-5,74	1,86
Fumo	-5,74	5,23	-10,42	26,84	51,69	-16,38	-8,65	-3,08	-5,75
Têxtil	-	0,84	-	-	1,61	-	-	0,54	-
Vestuário e acessórios	-	-13,94	-	-	1,40	-	-	3,39	-
Calçados e artigos de couro ...	-4,43	-5,59	1,23	0,69	-7,12	8,41	3,69	-20,06	29,71
Madeira	-	-10,90	-	-	5,00	-	-	5,74	-
Refino de petróleo e álcool	-3,58	-1,14	-2,47	-6,17	7,25	-12,51	-3,57	-1,45	-2,15
Borracha e plástico	-3,95	7,55	-10,69	13,28	-7,67	22,69	-9,10	-4,92	-4,40
Minerais não-metálicos	-	-5,36	-	-	-4,86	-	-	-3,39	-
Metalurgia básica	1,30	1,92	-0,61	14,62	12,86	1,56	-3,62	8,68	-11,32
Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos	5,32	-2,13	7,61	8,67	7,31	1,27	2,75	7,46	-4,38

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: set. 2005.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: set. 2005.

NOTA: Calculado a partir do índice acumulado, com base em igual período do ano anterior = 100.

Referências

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS — CAGED. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004-2005.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL — IEDI. **Produtividade industrial no primeiro semestre de 2005**: desempenho e perspectivas. Disponível em: <http://www.iedi.org.br> Acesso em: set. 2005.

JORNADA, Maria Isabel H. da. O mercado de trabalho no Rio Grande do Sul e o Plano Real: principais evidências. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE. v. 32, n. 2, p. 223-246, 2004.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física — PIM/PF. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: set. 2005.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO — PIMES. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: set. 2005.

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002-2003.

STERNBERG, Sheila S. W. O Plano Real e o mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 32, n. 4, p. 249-270, 2005.